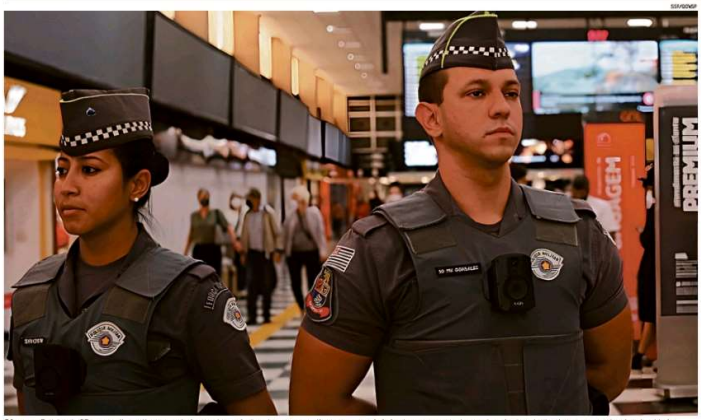
NA WEB
ENEM 2024
Saiba como consultar o resultado da isenção
Inscrições devem ser feitas pela Página do Participante até 7 de junho
PARA ACESSAR APONTE O CELULAR PARA O QR CODE

SSP/GOVSP



**Câmeras.** Policiais de SP com os dispositivos: no estado, agentes poderão acionar os aparelhos; o governo de federal sugere que equipamentos só sejam desligados em momentos de privacidade

# POLÍCIA VIGIADA

## Lewandowski define regras para câmeras e governadores se dividem sobre o modelo

ALICE CRAVO, JENIFFER GULARTE, LAURIBERTO POMPEU, GUILHERME CAETANO, HYNDARA FREITAS E LUÍSA MARZULLO
bras@oglobo.com.br
BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO

O Ministério da Justiça e Segurança Pública divulgou ontem diretrizes para o uso de câmeras corporais pela Polícia Miliar em todo o país. O texto prevê 16 situações nas quais a filmagem da ação policial é obrigatória, mas abre margem para que cada estado defina qual modelo adotar: se o de gravação automática e ininterrupta, ou o que permite ao próprio agente de segurança desligá-la — neste caso, apenas em situações para preservar sua privacidade ou intimidade, nos intervalos da jornada. A portaria, que tem caráter apenas de orientar os estados, foi criticada por especialistas em segurança pública, que defendem a gravação ininterrupta das ações, e dividiu opinião de governadores ouvidos pelo GLOBO. Estudo de Stanford mostra que 70% dos policias costumam desobedecer a obrigação de acionar os aparelhos.

Segundo o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, embora os estados não sejam obrigados a seguir as regras, somente aqueles que o fizerem terão acesso aos recursos dos fundos Nacional de Segurança Pública e Penitenciário Nacional para adquirir os equipamentos.

— Essa portaria não tem intenção de conflitar com quer que seja, mas estabelecer paradigmas — afirmou Lewandowski em evento na sede do ministério.

O anúncio ocorreu em meio a críticas à abertura de um processo de compra de câmeras corporais pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), para a Polícia Militar. No estado, os equipamentos poderão ser acionados voluntariamente pelo próprio policial, o que contraria boas práticas adotadas mundo afora e o modelo adotado até então no estado, de gravação ininterrupta.

Tarcísio, no entanto, afirmou ontem que as regras divulgadas pelo Ministério não se chocam com a proposta que ele pretende implementar.

— O Ministério diz que elas podem funcionar ininterruptamente, ter acionamento por agente ou ter acionamento automático. Então todas as formas (previstas para São Paulo) estão alcançadas pela diretriz do Ministério da Justiça — disse o governador, que abriu edital para comprar 12 mil câmeras, sob o argumento de que os aparelhos novos são tecnicamente preferíveis por questões que envolvem custo de operação, capacidade de armazenamento e bateria dos equipamentos.

### DIFERENTES CENÁRIOS

Daniel Edler, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP, discordado governador. Para ele, as diretrizes do governo Lula são mais próximas dos protocolos originais do Programa Olho Vivo lançado no governo João Doria em 2020:

— A portaria vai além do edital paulista ao orientar para a gravação em todo o momento que houver patrulhamento.

A portaria da pasta da Justiça dá a opção de o policial interromper o vídeo em momentos de intimidade ou privacidade, mas também estabelece situações em que os equipamentos precisam obrigatoriamente estar ligados, como no atendimento de ocorrências; nas atividades que demandem atuação ostensiva; durante buscas pessoais, veiculares ou domiciliares; ao longo de ações operacionais, inclusive aquelas que envolvam manifestações; no cumprimento de determinações de autoridades policiais ou judiciárias e de mandados judiciais; e nas perícias externas.

Em Minas, a gestão Zema (Novo) decidiu que não adotará as diretrizes do governo federal e que manterá o uso de câmeras apenas no patrulhamento ostensivo da PM. O vice Mateus Simões, esteve no evento com Lewandowski:

— As câmeras são uma ferramenta importante no processo de investigação, mas não nos parece que seria uma prática a ser universalizada.

Já o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), contrário às câmeras, avaliou que a decisão do governo Lula "inverte prioridades":

— O governo erra feio. A prioridade não é câmera em policial, é câmera em bandido, é câmera dentro de presídio, é satélite para ver se resguarda melhor nossas fronteiras.

Diretora executiva do Instituto Sou da Faz, Carolina Ricardo vê as diretrizes como um avanço, mas considera que elas têm limitações para influenciar na atividade policial, que tem resultado tanto numa alta taxa de agentes mortos em serviço quanto na letalidade policial:

— A câmera sozinha não faz nada. Se não tem vontade política e decisão do gestor, do governador e do comandante-geral da polícia, não vai funcionar.

Para Carolina, contudo, a grande vantagem da portaria é a influência que pode ter em estados menos populosos, que costumam depender mais dos recursos dos fundos nacionais para suas políticas de segurança e, nesse caso, para acessá-los, terão que seguir as regras:

— Ajuda a induzir uma política nacional.

### 70% DE DESOBEDIÊNCIA

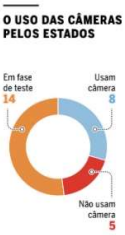
Estudos mostram que policiais costumam desobedecer a obrigação de acionar as câmeras em ocorrências se tiverem a escolha de ligar ou não os equipamentos. Um experimento da universidade americana Stanford, feito com 470 policiais militares do Rio de Janeiro que atuavam na Rocinha entre 2015 e 2016, aponta que em sete de cada dez ocorrências os policiais desobedeceram o protocolo. Apesar da resistência, o levantamento revelou que o uso das câmeras levou a uma redução de 46% em vários tipos de atividades de policiamento consideradas proativas, como os chamados "enquadros" a residentes locais e as abordagens para revista.

À frente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima avalia que as diretrizes do Ministério da Justiça são um avanço, mas pondera que as normas poderiam ter sido mais enfáticas. Um relatório publicado pelo Fórum identificou queda de 62,7% na letalidade policial em São Paulo, entre 2019 e 2022, principalmente nos batalhões com uso das câmeras no modelo ininterrupto, adotados pelo estado até o edital publicado na semana passada.

**Lewandowski.** Diretrizes foram anunciadas pelo ministro

CHRISTIANO MARIZ

### O USO DAS CÂMERAS PELOS ESTADOS



**ESTADOS QUE USAM O EQUIPAMENTO**

**1 Minas Gerais**
**1.040** câmeras
Efetivo total da PM: **36.348**
Percentual da tropa com câmeras **2,9%**

**2 Pará**
**390** câmeras
Efetivo total da PM: **17.770**
Percentual da tropa com câmeras **2,2%**

**3 Rio de Janeiro**
**9.524** câmeras
Efetivo total da PM: **60.471**
Percentual da tropa com câmeras **15,7%**

**4 Rio Grande do Norte**
**15** câmeras
Efetivo total da PM: **8.380**
Percentual da tropa com câmeras **0,2%**

**5 Roraima**
**40** câmeras
Efetivo total da PM: **2.070**
Percentual da tropa com câmeras **1,9%**

**6 Rondônia**
os totais não foram informados

**7 Santa Catarina**
**2.245** câmeras
Efetivo total da PM: **9.950**
Percentual da tropa com câmeras **22,6%**

**8 São Paulo**
**10.125** câmeras
Efetivo total da PM: **93.799**
Percentual da tropa com câmeras **11%**

Fonte: Ministério da Justiça e governos estaduais.

CONTORNO DE MAPA

### Diretrizes para uso de câmeras

> Atendimento de ocorrências.

> Atividades de atuação ostensiva.

> Escolta de custodiado.

> Interações entre policiais e custodiados, dentro ou fora da área prisional.

> Buscas pessoais, veiculares ou domiciliares.

> Ações operacionais, incluindo manifestações, interdições ou reintegrações possessórias.

> Cumprimento de determinações de autoridades policiais ou judiciárias e de mandados judiciais.

> Sinistros de trânsito.

> Atividades de fiscalização e vistoria técnica.

> Ações de busca, salvamento e resgate.

> Identificação e checagem de bens.

> Rotinas carcerárias, como atendimento a visitantes e advogados.

> Intervenção e resolução de crises, motins e rebeliões no sistema prisional.

> Oposição à ação policial, de potencial confronto e uso de força física.

> Perícias externas.

> Patrulhamento ou execução de diligências de rotina em que ocorram prisões, ato de violência, lesão corporal ou mortes.